

## APRESENTAÇÃO

A Revista do Ministério Público do Estado do Ceará existe há mais de 20 (vinte) anos e é publicada atualmente em formato digital e impresso (<http://www.mpce.mp.br/institucional/esmp/biblioteca/revista-eletronica/>) com distribuição para as principais bibliotecas do Brasil e do Mundo.

Desde a sua mudança metodológico no ano de 2017, na gestão do então Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Ceará, Manuel Pinheiro Freitas, a Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará passou a se submeter a critérios científicos rigorosos com avaliação em duplo cego e indexação nas principais bases de dados acadêmicas. A Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará vem evoluindo e ganhando espaço entre as revistas acadêmicas e de escolas de governo.

Em 2017, o Promotor de Justiça Eneas Romero de Vasconcelos assumiu a função de editor-chefe da Revista, colaborando juntamente com os diretores da Escola (Manuel Pinheiro de Freitas, Flávia Unnenberg e Plácido Barroso), do CEAJ (Luciana Aquino Vasconcelos), diretores de ensino da ESMP (Emmanuela Cipriano, Tarcísio Rocha, Ramon Negócio e Marcela Márjore) e articulistas para que a revista crescesse e se internacionalizasse com a publicação de artigos internos e externos, inclusive artigos de autores de 4 (quatro) diferentes continentes.

Na última reunião do Conselho da Revista, foi escolhido por unanimidade como novo Editor-Chefe o Promotor de Justiça André Tabosa, professor universitário e Promotor de Justiça erudito e extremamente qualificado que certamente contribuirá para que a revista continue evoluindo.

O atual número da Revista possui artigos internos e externos de autores de diferentes parte do mundo, tratando de diversos e importantes aspectos de diversas áreas jurídicas.

O relevante e atual tem da “Evolução e o Impacto das Gerações Probatórias na Persecução Penal” é tratado. Outro aspecto relevante da atuação concreto do Ministério Público é a defesa dos direitos metaindividuais e do meio ambiente e é trata no artigo que versa sobre a Gestão Pública Municipal de Resíduos Sólidos.

São tratados também outros assuntos relevantes como a violência doméstica em “A utilização de Instrumentos Tecnológicos na efetividade da aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) na contemporaneidade brasileira”, “A Participação do Membro do Ministério Público na Audiência de Homologação de Acordo de Não Persecução Penal e sobre os Limites da Justiça Consensual no Sistema jurídico-penal brasileiro” e “A Resposta de Wil Waluchow ao Desafio Metodológico Interpretativista.”

Os artigos externos e internacionais tratam de temas complexos e atuais de teoria do direito e tecnologia como os artigos, “Blockchain Legalization: Basic nomotehcnical frameword and open questions”, “La voluntad de Hannah Arendt en la banalidad del mal: ¿Pueden los jueces y fiscales distinguir la maldad en el delito?”, “Investiganting and Prosecuting trafficking in persons cases in the Bahamas and Uganda: a comparative analysis” e “New legal institution in the Hungarian criminal procedure system enabling the rapid prosecution of criminals”.

Tivemos ainda a honra de receber artigos de dois autores convidados, com títulos: “Nem solução nem decisão: heurísticas e vieses cognitivos” e “A Jurisdição Especial para a Paz na Colômbia: justiça de transição sui generis”.

Esperamos que os artigos publicados possam contribuir para fortalecer o diálogo e a crítica para garantir que o Estado Democrático de Direito, a democracia e os direitos humanos sejam efetivados na sociedade, no Estado e pelo Ministério Público.

Equipe Revista Acadêmica ESMP/CEAF-CE